Comitê Científico da ANPEd: memórias, desafios e conquistas de uma ação construída em parcerias múltiplas

Nilton Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação
Centro Universitário La Salle, Mestrado em Educação

Introdução

Neste artigo procuro trazer elementos constitutivos de uma ação coletivamente pensada, construída e implementada na área da pós-graduação em educação, na busca de seu próprio fortalecimento e também dentro do conjunto das demais áreas do conhecimento, especialmente das ciências humanas e sociais. Nas diversas fontes de minhas inspirações estão as muitas convivências que, ao longo de minha vida, tive com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), desde o momento inicial pela acolhida, em 1982, como recém-doutor, por parte de colegas dirigentes dessa nossa organização científica, e depois por meio das ricas e múltiplas situações de ser seu gestor, desde a condição de secretário-geral, vice-presidente e coordenador de grupo de trabalho (GT), no período 1988-1998. Procuro retomar a história desse tempo para poder focar meu texto especialmente do final dos anos de 1980 e nos anos de 1990. Nesse período, numerosas iniciativas foram sendo formuladas, propostas e implementadas com a intenção de consolidar o estatuto científico da área. Focalizo a criação do Comitê Científico como instância estratégica na estrutura organizacional da ANPEd e, em especial na sua relação com as reuniões anuais. As fontes fecundas para essa "puxada pela memória" são os diversos documentos publicados pela associação e especialmente os depoimentos de muitos amigos e amigas, parceiros nas mais diversas jornadas dessa organização, que estiveram por dentro dos fatos que influenciaram a criação do Comitê Científico. O seu percurso, desde que foi criado, reflete a afirmação de uma proposta (uma escolha, uma ação) coletiva da área da educação e, ao mesmo tempo, revela uma gradual forma de consolidação da pesquisa e dos pesquisadores, *pari passu* à consolidação de um processo democrático em toda a sociedade brasileira. Desde sua implementação até os dias atuais pode-se verificar também que não deixou de refletir interações e disputas de interesses por parte da comunidade acadêmica, tanto na formulação de uma dicotomia forçadamente acentuada em uma "falsa disputa" entre uma perspectiva acadêmico-científica em oposição a uma ênfase na postura política da instituição. Decorrente da ampliação do número de pro-

gramas de pós-graduação, dos titulados em nível de doutorado, da expansão dos GTs e do aumento de sócios da ANPEd, verifica-se também que, na própria internalidade da sua gestão, emergem esperadas disputas e demarcações de poder, e diferentes interesses quando da normatização da produção científica na área e das instâncias avaliativas.

Origens do Comitê Científico

Recuperar o conjunto de forças que se combinaram na formação do Comitê Científico, como foi pensado, formulado e implementado, talvez demandasse um exercício coletivo de muitas memórias postas num mesmo receptáculo, e dele procurar retirar possíveis sínteses compreensivas. Quero fazer um percurso tendo como inspiração a categoria tempo e a metáfora da espiral na qual Alberto Melucci se apóia para propor uma (re)visitação ao processo vivido por nós, e que não deve ser visto somente como algo linear, etapista e seqüencial, sem mediações superadoras em relação aos momentos que vivemos no presente. Assim, recuperar elementos constitutivos do Comitê Científico é, ao mesmo tempo, uma reflexão também sobre o que vivenciamos hoje em torno da avaliação da nossa produção científica. Nas palavras de Melucci (2004, p. 24-25),

> [...] a espiral é uma figura fascinante, porque é um desafio aos dilemas do tempo, uma tentativa de dar forma ao desejo mais profundo, que nos anima cada vez que encontramos a pluralidade de dimensões e de movimentos que constituem nossa experiência temporal: no movimento circular que avança no espaço expressa-se o sonho, demasiado humano, de que o fluir também possa ser um conservar-se.

No final dos anos de 1970, estávamos diante de um contexto político que agregava uma série de elementos que foram, aos poucos, combinando-se na formulação de uma perspectiva que se consolidaria na qualificação da produção científica da pós-graduação em educação. Assim, por exemplo, no depoimento da professora e pesquisadora Juracy C. Marques[1] pode-se detectar o que significava a qualidade da produção científica na época do início da pós-graduação em educação, quando estava centrada na pesquisa feita em bases firmes no campo da metodologia: "a grande discussão teórica era de fenomenologia, behaviorismo, e uma terceira corrente na qual eu me incluo, que era uma busca de *método* mais do que *conteúdo* [...]. Pesquisa não depende tanto de conteúdo, depende do método que se utiliza para a aproximação de qualquer fenômeno que se queira estudar" (Marques, *apud* Bianchetti, 2005, p. 141). Nesse tempo predominava a ênfase na adequação entre "formação" e "desenvolvimento", e a qualidade da educação estava mediada pela sua relevância na constituição de quadros de pesquisa com titulação de doutor no país. Marques acentua isso: "Tínhamos, ainda, toda a questão da formação de professores, professores para o ensino superior, que era a proposta da CAPES" (*idem*, p. 143). Esse pressuposto predominava sobre a discussão da qualidade da produção, já que esta se encontrava totalmente garantida pela adequação da matriz quantitativa advinda da estatística, em seus mais diversos pacotes (tipo Statistical Package for the Social Sciences – SPSS –, análises de correlação, T-Teste, covariância e outros).

A pós-graduação em nosso país gestou-se no período dos governos militares, por meio de uma combinação de fatores que resultavam na formulação de projetos de crescimento econômico demandantes de recursos humanos qualificados (especialmente quando vindos do exterior ou via intercâmbio com países europeus e, em especial, nos Estados Unidos).[2] Vale

[1] Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em tempos pioneiros. As informações que apresento tanto se originam em minha condição de mestrando nos anos de 1975 a 1977, quanto estão na entrevista concedida a Lucídio Bianchetti, publicada na *Revista Brasileira de Educação* n. 30, set./dez. 2005. Os destaques em itálico são de minha autoria.

[2] As relações entre Brasil e Estados Unidos em relação à pós-graduação em educação está ainda a merecer uma análise mais

lembrar que havia também uma preocupação em formar quadros técnicos para os diversos escalões da administração pública, o que se constatava na própria nomenclatura de algumas áreas de concentração nos iniciantes programas de pós-graduação em educação de nosso país. Na tentativa de suprir os quadros docentes dos recém-criados programas, muitos mestrandos realizaram seus cursos de doutoramento no exterior, em especial nos Estados Unidos da América, para tornarem-se docentes, orientadores e pesquisadores da área.

Em meio a essa perspectiva institucional, havia outra forma de associar qualidade e pesquisa, mais próxima de toda uma geração de pesquisadores envolvidos com visões mais democráticas da sociedade brasileira. Nesse sentido, foi fundamental o início de um processo interativo entre a recém-criada "comunidade científica" da pós-graduação em nosso país. Nas primeiras viagens, nas primeiras reuniões, nas primeiras bancas, nas primeiras avaliações institucionais dos programas, foram sendo oportunizados efetivos (e afetivos) encontros por esse Brasil afora. Essa possível conotação de informalidade produzia um tom aproximativo, que se constatava, contraditoriamente, também pelas presenças desses colegas em diversas posições dentro do aparelho de Estado, em especial na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Ricardo Martins e Rogério Córdoba – e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Esteves Garcia, Maria Lúcia Vilhena – e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Acácia Zeneida Kuenzer.

Talvez me faltem dados históricos desse período, mas não se pode desprezar a indispensável cooperação que a área da educação e a sua recém-criada pós-graduação teve por meio da mediação dessas pessoas (entre outras) nos organismos públicos federais.[3] Elas exerceram, sem ser algo explícito de quem quer que seja, uma forma de "avaliação" da produção acadêmica da área, pois foram figuras-chave na concessão dos indispensáveis recursos para viagens, eventos, encontros que canalizavam a produção da área em ações concretas resultantes de pressões políticas, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, assim como a própria consolidação do sistema de pós-graduação em educação no país. As demandas da comunidade acadêmica obtinham assim um aval dentro dos aparelhos de Estado, tanto de mérito quanto de financiamento, pela estratégica função desempenhada também por colegas como Carlos Roberto Jamil Cury e Glaura Vazques de Miranda, entre outros, tendo em vista suas qualidades profissionais, que eram maiores do que aquelas dos quadros da burocracia. Se os primeiros estavam ocupando cargos importantes na CAPES, no CNPq e no INEP, os segundos também estavam nessas mesmas instâncias da máquina pública, mas com outra legitimidade. Esse elo criado pelo mútuo respeito foi certamente uma condição da relação entre esses pares que fortemente influenciou na formatação da área, tanto em seus aspectos de organização quanto em conectar a produção científica da área por meio de projetos e de intervenções na formulação de políticas públicas.

No plano pessoal, posso dizer que a minha entrada numa reunião anual da ANPEd, para apresentar mi-

---

aprofundada, para tentar revelar como se instituíram os vínculos entre esses dois países por meio da CAPES (ver entrevista da professora Juracy C. Marques, na *Revista Brasileira de Educação* n. 30) e das universidades públicas federais. Entre outros, vale mencionar a presença do Stanford International Development Education Committee (SIDEC) e do professor Martin Carnoy, que muito favoreceu a ida de pesquisadores, ainda mestres, para fazerem seus doutorados no exterior. Menga Lüdke (2005) abordou essa questão tomando como base sua formação na França e nos Estados Unidos e, a partir dela, sinaliza para os desafios contemporâneos, afirmando que a pesquisa e a pós-graduação em educação no Brasil podem oferecer uma produção teórica própria comparável com a que é desenvolvida em outros países.

[3] A esse respeito, o artigo de Bernardete Gatti (2005) serve como qualificada fonte de informações e reflexões.

nha tese de doutorado, foi por um caminho criado dentro das condições oferecidas pelo contexto. A minha pesquisa de doutorado na área da educação popular constituiu-se em uma "carta de apresentação" para encontrar outros colegas e mestres. Apesar de ser um pesquisador novo na área, senti-me acolhido por aqueles já experientes, titulados e em posição de chefia em suas instituições e na própria ANPEd. Pergunto: esta não é a busca pelo reconhecimento de nossa produção, que fazemos quando enviamos nossos trabalhos para serem avaliados pelos nossos pares, tanto em reuniões científicas como em publicações? E, remetendo essa mesma indagação para nosso cotidiano de trabalho, também pergunto: não é esta também a melhor forma de buscar interlocuções, estabelecer colaboração entre pesquisadores, e interinstitucionais?

Essa origem, mesmo que de ordem pessoal, estava dentro de uma conjuntura na qual as relações pessoais permitiam uma interlocução no campo da produção científica e, a partir de certa informalidade, que fossem construídos laços e afinidades nas diferentes inserções no campo da educação, com suas repercussões na esfera pública, com as lutas políticas.

Aos poucos esses laços foram tornando-se insuficientes como ferramenta para a formulação de propostas, projetos e discussões mais qualificadas com diversos interlocutores, tanto de outras áreas do conhecimento como das diferentes instâncias de poder, em seus diversos níveis. Nesse período, a produção acadêmica, além de combinar as informalidades, vai trazendo à tona as relações com o entorno político, social, econômico. E a educação na pós-graduação vai "vertebrando" suas reflexões junto com as demandas de toda a sociedade. É muito significativo esse fato, pois se, de um lado, os vínculos informais também serviam para trocas férteis a respeito do momento histórico que todos estávamos vivendo, havia, por outro lado, a necessidade de afirmar-se a ANPEd como instância crítica, competente, qualificada e reflexiva. A pós-graduação fortalece-se tanto em seus programas como no conjunto dos seus pesquisadores, nas diversas iniciativas convergentes nessa perspectiva de unir competência crítica com competência acadêmica.

De início, posso garantir que o indicador de qualidade e de avaliação da produção de nossa área, que servia como base para a organização das reuniões anuais, para mim e talvez para outros tantos se corporificava dentro de um quadro que combinava uma mistura de critérios presentes naquilo que se expressava e se encarnava nas pessoas, colegas mais experientes, titulados ou não, que estavam no comando da nossa entidade desde a sua fundação e tinham sido seus presidentes, vice-presidentes e secretários. Submeter um trabalho para ser apresentado numa reunião anual, ou um artigo para ser publicado, tinha esse crivo da referência ao sênior. Vale lembrar que muitos desses colegas tinham sua trajetória profissional na área da educação como uma precondição, quase independente de sua titulação. Havia uma espécie de certificação, por mérito, de parte desses pioneiros da pós-graduação, que se associava com suas trajetórias pessoais e profissionais. Nessa perspectiva, estou em sintonia com Saviani (2005) e Fávero (2005), quando escrevem, baseados em depoimentos e sólida documentação, a respeito de pesquisadores como Joel Martins e Durmeval Trigueiro Mendes, que exerceram papel estratégico na proposição e implementação da pós-graduação nas universidades brasileiras por meio da harmônica, criativa e exigente combinação entre ensino e pesquisa.

A sempre presente preocupação a respeito de quais seriam os laços que unem ciência e sociedade estava presente nos diversos temas de pesquisa e de apoios teóricos utilizados por esses colegas. Sem privilegiar nomes, nem instituições, vale lembrar, por exemplo, que o mestrado em educação da Fundação Getúlio Vargas (Instituto de Estudos Avançados em Educação – IESAE-FGV) tinha um conjunto de professores com essa marca, essa identificação, desde o final dos anos de 1970: Julieta Calazans, Gaudêncio Frigotto, José Silvério Baía Horta, Cândido Grzybowski, Luiz Antônio Cunha e Osmar Fávero. Da mesma forma, em Belo Horizonte, no mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), eram encontrados profissionais com essas mesmas características: Glaura

Vasquez de Miranda, Isaura Belloni Schmidt, Miguel Gonzáles Arroyo e Laura da Veiga. Em outro segmento estavam os colegas formados em São Paulo, mais diretamente pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), entre eles: Bruno Pucci, Carlos Roberto Jamil Cury, Neidson Rodrigues. E na PUC-Rio tínhamos José Carmelo, Vera Candau, Menga Lüdke e outros.

Entre as numerosas discussões em torno do estatuto de nossa pós-graduação está o provocativo, e diria também necessário, texto escrito pelo colega Luiz Antônio Cunha (1991), no qual ele colocava em xeque a qualidade da pós-graduação em educação no Brasil. Poderíamos entender essa análise como se fosse um "ponto de inflexão", ou mesmo uma espécie de balanço daquilo que resultava da criação e consolidação da área. Assim, por meio de uma crítica contundente, ele alertava para as conseqüências dos desdobramentos quantitativos e expansionistas da área, que poderiam afetar seu "estatuto científico". Por um lado, criticando a apressada expansão dos programas de pós-graduação em nosso país e, por outro, questionando a qualidade da produção (especialmente das dissertações) como sendo o resultado de uma certa flexibilidade e das interações entre orientadores e orientandos, a partir das origens dos docentes e pesquisadores, muitos deles advindos da filosofia e da formação escolástica (em seminários).

Essa análise pode ter incomodado muitos de nós. E hoje, revendo o texto de Cunha, penso que ele poderia ser considerado um desconforto necessário. Sabíamos de que lugar o autor partia para a sua análise, e mais tarde fomos reconhecendo essa tensão entre a presença do argumento diferente e competente, que é o instituinte da autonomia do pesquisador, e aquelas nossas inserções em projetos sociais que a área tem como marca clássica.

Se fôssemos buscar mais elementos desse dilema, talvez pudéssemos encontrar no texto de José Maria Pires Azanha (1991) mais um reforço a essa polêmica. Nesse sentido, é fundamental resgatar gestos e iniciativas de nossos pares, no sentido da ética na formulação de princípios radicalmente democráticos no terreno da produção científica. A respeitada trajetória do professor Azanha, embora diferente de muitos de nossos apoios teóricos e de nossa visão de mundo, foi motivo claro e objetivo para que fosse convidado a participar de um encontro da ANPEd e nele apresentar suas reflexões.

Recordo muito bem que nesses tempos a colega de diretoria Marilia Sposito se manifestava incisivamente a favor desse tipo de diálogo e da forma afirmativa de sua divulgação "por dentro" da associação, como forma respeitadora da diferença explicitar-se com qualidade e argumentação sólida. Esse procedimento, acatado unanimemente pela diretoria de então, acentuou a busca pela afirmação do estatuto científico de nossa entidade. Junto a essa iniciativa, procurou-se o estreitamento de relações com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). E, por meio da indicação do presidente Alceu Ferraro,[4] essa colega representou a ANPEd na organização dos eventos da SBPC e, como resultado concreto, a área da educação deixou de ser somente uma área que assessorava a avaliação dos trabalhos encaminhados para as reuniões anuais da SBPC e passou a ser instância consultiva e participativa das formulações das políticas gerais da entidade.

Especificando mais os tempos concretos, vale recuperar a história a respeito das diferentes ênfases com relação à produção científica da área. Desde 1986, segundo Fávero,[5] quando da 9ª Reunião Anual da ANPEd, realizada no Rio de Janeiro, e também durante a realização da 4ª Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia, é que aflora o debate entre o político e o acadêmico, que seria por ele denominado de "falso dilema". Não dá para dissociar essa discussão daquilo que Cunha (1991) escreveu a respeito da política de pós-graduação e pesquisa em educação, só que o detonador do contraste estava não só em um documento, mas em uma tomada de deci-

[4] Ver detalhamento dessa aproximação da ANPEd com a SBPC em Ferraro (2005), especialmente na página 63.

[5] Depoimento concedido via *e-mail* em 10 de maio de 2007.

são (no caso, a participação na Constituinte e nos projetos da LDB).

Historicamente, podemos encontrar a questionadora palavra do colega Miguel Arroyo, já em 1987, durante o seminário de pesquisa da Região Sudeste, realizado em Vitória, no Espírito Santo. De forma preocupada e também antecipadora do debate sobre a qualidade da produção científica da nossa área, Arroyo (1987) propunha a superação da dicotomia entre o acadêmico e o político. Ele dizia que nos anos de 1980 nossas reuniões se haviam dedicado muito mais às coisas imediatas, que os GTs estavam ficando mais na troca de experiências, e que estava faltando um espaço mais nobre, de elaboração teórica, que a ANPEd devia organizar. A chamada não é para o abandono do político, mas para o esforço de elaboração teórica, inclusive na pesquisa e na qualificação da produção da área.

A avaliação da qualidade da produção a partir do coletivo

Lendo os documentos, "escutando" os depoimentos e buscando pela memória, entendo que tivemos um primeiro movimento avaliativo como parte da perspectiva em que a produção científica da área estava centrada na produção dos programas, isto é, as pesquisas diretamente relacionadas às dissertações e teses. A pesquisa individual dos docentes ficava em segundo plano, até mesmo porque a grande maioria dos orientadores estava estreando no campo da produção a partir também de suas próprias teses e dissertações. Talvez devêssemos debruçar-nos sobre a trajetória decisiva representada pela produção dos programas centrada na formação de professores qualificados para atuar no ensino superior, e seu desmembramento contínuo e gradativo na pesquisa como sendo um exercício do pesquisador em torno de temas de toda ordem (relação mais porosa com a sociedade), e não só instrucional (formativa). Esse movimento de "desmame" da sala de aula, da formação de professores, está associado com as inquietações de toda ordem que estavam mobilizando os pesquisadores ante outros desafios que as práticas pedagógicas traziam, como as questões de gênero, étnico-raciais, econômicas (sobretudo na relação trabalho e educação) e dos movimentos sociais. Temas emergem junto com a procura de espaços na ANPEd, para a sua socialização. A expansão dos GTs fez-se concomitante à construção democrática do país. Arrisco uma possível explicação associada às firmes críticas de Cunha a respeito da presença "missionária" tanto nos quadros de professores/pesquisadores quanto no aumento da diversidade de temas e interesses de pesquisa; as determinações materiais da consciência vão sendo abordadas de outras perspectivas, tratadas por outras mãos.

Reforço a importância da combinada presença de atores em torno da consolidação da ANPEd como associação científica. Meu recorte analítico constrói-se na busca de raras combinações entre o Estado e a sociedade, no caso, as agências do governo federal como o CNPq, a CAPES, o INEP e outras instâncias do Ministério da Educação (MEC), e a comunidade dos pesquisadores que se ia formando no campo da educação. Não se trata de tornar homogêneo esse grupo de pesquisadores, muito pelo contrário. Quero extrair a importância dessa discordância de matriz teórica, de inserção social e de projeto político. Quando escutava as falas da então coordenadora da área da educação junto à CAPES, Miriam Jorge Warde, eu recebia um tipo de interpretação a respeito do papel do conhecimento, de sua excelência e de sua estratégica importância para a área "melhorar". Em outros momentos havia ouvido as falas de Azanha e de Cunha, ambos também oferecendo análises duras e exigentes. Mas, ao mesmo tempo, alimentava-me dos depoimentos advindos de outros campos, como os de Victor Vincent Valla, Gaudêncio Frigotto, Miguel Arroyo, Ana Maria Saul, Sergio Haddad, entre outros. Claro que não esgoto os nomes, mas vejo, agora, que esses pólos foram decisivos para a garantia do estatuto científico da ANPEd e para a área fortalecer-se. E aí surge um *tertius* na representado pelas pesquisadoras do porte de Marilia Sposito, Maria Malta Campos, Bernardete Gatti, entre outros, que souberam produzir uma aproximação qualificada entre esses pólos.

Levo em consideração um elemento que muito cooperou na formação científica da área no concerto das demais áreas, bem como nas diferentes instâncias do governo federal: tive o privilégio também de escutar, interagir e aprender com Walter Garcia, Marco Antonio Formiga, Celso Cunha, Maria Lúcia Vilhena Garcia, entre outros, os quais, na condição de mediadores entre o poder público (em especial, as agências de fomento) e a comunidade científica, exerceram estratégico papel para a garantia material e das condições de realização de eventos, encontros, reuniões e bolsas. Ao serem subsidiados com dados concretos dos programas e dos pesquisadores, esses "parceiros" também subsidiavam a comunidade científica a respeito das orientações e ênfases da máquina estatal.

Acrescento outro aspecto dentro da construção de um processo amplo de qualificação da produção científica na área da educação, que se relaciona com essa relação entre as agências de fomento e os programas de pós-graduação: os intercâmbios. Por meio de uma deliberada política que se sustentava numa firme e qualificada ação de Bernardete Gatti na sua coordenação, essa atividade foi uma das melhores experiências formativas dentro da pós-graduação e da pesquisa em educação. Antes da concepção de como seria organizado o Comitê Científico da ANPEd, e simultaneamente aos passos iniciais da institucionalização da pós-graduação (programas, colegiados e avaliação institucional da CAPES), os intercâmbios foram propiciadores de raros momentos da avaliação da produção por meio dos "pares" com seus "pares": a concessão de auxílios (diárias e passagens) ficava condicionada a uma programação qualificada, com justificativa bem feita, e um apoio dos programas que recebiam os pesquisadores para a realização de microsseminários, dos quais participavam pesquisadores de vários níveis: iniciantes, juniores e seniores! Considero essa avaliação "desejada" como forte componente dos caminhos que levaram ao Comitê Científico, com enorme diferencial: não havia a competitividade pelo quantitativo e muito menos pelos indicadores de produção, representados atualmente pelo Currículo Lattes e pelo Datacapes, pois a qualidade da produção estava associada à vontade de uma interação fértil entre os diversos níveis de profissionais, bem como ao húmus das diferenças regionais de onde provinham os diferentes pesquisadores.

Se, por um lado, essas situações foram cada vez mais ficando explícitas, a comunidade mostrava-se mais qualificada e também em expansão quantitativa, e os poderes interstícios do governo começaram a ter representantes nos comitês indicados pela área.[6] Ao mesmo tempo, do lado da comunidade científica, de posse dessas ferramentas de avaliação de sua produção e uma vez consolidada a pós-graduação como instância administrativa dentro do sistema de ensino superior, surgem as naturais disputas internas dentro dessas instâncias, que se refletirão quando da consolidação da sistemática da indicação dos membros do Comitê Científico e da dinâmica da composição dentro da estrutura da reunião anual da ANPEd. Em outras palavras, o Comitê Científico passava a representar uma instância regulatória, representando as exigências derivadas do campo acadêmico ante as demandas corporativas representadas pelos coordenadores dos GTs.

Talvez correndo o risco de generalização, poderia dizer que as diferenças dos aportes teóricos e metodológicos que causavam disputas entre os membros da comunidade científica (pesquisadores), bem como dentro dos diversos programas, ficaram num segundo plano, pois estava conquistada a democracia de poder para abordar-se temas de quase toda ordem e com base em diferentes referenciais teóricos, de procedimentos e abordagens metodológicas. No primeiro plano ficava agora como compreender e respeitar a produção científica de cada pesquisador, por meio de um filtro avaliativo dentro da própria "instituição da categoria" (pesquisadores), e não mais do lado de

[6] A indicação de Acácia Zeneida Kuenzer para o CNPq como a primeira (e única) coordenadora da área Educação e Trabalho, entre dezembro de 1985 e final de 1986, foi um exemplo concreto desse tipo de relacionamento entre a comunidade científica e as agências de fomento.

quem controla (agências de fomento da pesquisa e coordenação da pós-graduação).

A criação e a reação ante a proposição da ANPEd

Tendo essa retrospectiva como indicativa dos elementos constitutivos do Comitê Científico, era de esperar-se que sua criação decorresse de uma aprovação unânime ou ao menos legitimada pela maioria dos associados da ANPEd.[7] Essa herança foi canalizada pela diretoria de que fiz parte como secretário-geral, encabeçada pela figura organizada, crítica, competente de Alceu Ferraro, que se legitimava também como liderança por meio dos processos consultivos da lista tríplice para a reitoria da UFRGS.[8]

A decisão de criar o Comitê Científico, embora com toda a retrospectiva que alinhavei anteriormente, teve um início um tanto complicado. O próprio Alceu, em depoimento conjunto com Marília Sposito,[9] assim se expressa:

> Não foi fácil "segurar a barra" nessa primeira reunião realizada em Caxambu, em 1992. Houve inclusive proposta, na assembléia, de extinção do Comitê Científico. A avaliação pelos pares constituiu uma novidade perturbadora nos seus primórdios. O fato, porém, é que o Comitê, sempre revisto e aperfeiçoado em sua composição, critérios de avaliação e relação com os GTs e a ANPEd, não só sobreviveu, como tornou-se um instrumento valiosíssimo e inquestionável, até hoje, quando o assunto é estatuto científico da associação.

É importante contextualizar a inclusão do comitê na programação das reuniões anuais da ANPEd, conforme consta do *Boletim ANPEd* (ANPEd, 1991, p. 72-73):

> 1. Cada GT, ouvidos os programas de pós-graduação, apresentará sua programação científica anual, constando: problematização temática, programa de atuação na reunião anual, pesquisadores envolvidos que apresentarão trabalhos sob encomenda. [...] 2. Demanda espontânea agrupada no eixo temático desenvolvido pelo GT. A secretaria geral encaminha os textos da demanda espontânea aos coordenadores de GTs, os quais avaliarão em primeira instância, devolvendo-os, a seguir, à Secretaria Geral, que nesta etapa os encaminhará ao Comitê Científico. A este caberá analisar e emitir um parecer circunstanciado. 3. Demanda espontânea de temáticas novas, não cobertas pela programação anual dos GTs: esta também deverá ser encaminhada à Secretaria Geral, que por sua vez enviará ao Comitê Científico. 4. Formato da Reunião Anual: será dividida em três momentos bastante distintos: 1º momentos gerais de responsabilidade da Diretoria da ANPEd; 2º atividades dos GTs: programadas, de responsabilidades das coordenações dos GTs, e espontâneas, procurando-se distinguir entre pesquisadores sênior e júnior; 3º sessões especiais de novas temáticas advindas da demanda espontânea, distinguindo-se novamente entre sênior e júnior. 5º quanto ao Comitê Científico, a proposta diz: "terá competência de julgar o mérito dos trabalhos e priorizá-los para fins de apoio financeiro". Quanto ao número de componentes, a proposta sugere que o Comitê tenha sete integrantes: um indicado pelos coordenadores de GTs; um indicado pelos coordenadores de programas, um indicado pela Diretoria; e quatro eleitos pelos associados da ANPEd. A eleição desses quatro seria em dois turnos, o primeiro para indicação de nomes e o segundo para a votação. 6º Constituição de Comissão que realizará um estudo para ava-

[7] Associados esses que constituíam os pesquisadores iniciais dos programas, dos intercâmbios, das participações nos órgãos de governo, e da própria diretoria da ANPEd e coordenadores de programas e de grupos de trabalho.

[8] O professor Alceu Ferraro, em 1988, obteve em uma votação expressiva o primeiro lugar na lista sêxtupla de toda a comunidade da UFRGS. Infelizmente, isso não foi suficiente para a sua indicação como reitor pelo governo federal. Esse episódio foi significativo também para a área da educação e serviu de apoio para a sua indicação como presidente da ANPEd.

[9] Depoimento enviado por *e-mail* em 25 maio de 2007.

liar a trajetória e estrutura atual dos GTs e encaminhar propostas para a próxima reunião anual.

Os desdobramentos dessa dinâmica foram ocorrendo não só no seu caráter de avaliação da produção "em si", mas também trouxe à tona outras disputas de poder, inerentes à condição de qualquer agrupamento social, ainda mais numa associação científica com tantos interesses postos em conjunto (regiões, programas, referenciais teóricos, filiações políticas etc.). Carlos Roberto Jamil Cury assim registra essas discussões:

> Lembro-me desse primeiro Comitê Científico do qual participei. Estavam presentes, entre outros, a Iracy Picanço, da UFBA [Universidade Federal da Bahia], como representante (se não me falha a memória) dos GTs. Estavam também o Arroyo (que fez uma observação pertinente: as grandes categorias analíticas: sociedade, classe, Estado eram em pequeno número nos trabalhos apresentados!) [...] O que me lembro foi da minha tarefa (atribuída por você [Nilton], em reunião com os coordenadores de programas e de GTs), de explicitar a metodologia da avaliação. Lembro-me de ter usado das categorias: identificação, conhecimento (partes individuais de cada analista), reconhecimento (mérito divulgado e discutido no coletivo – parte mais longa do processo) e enquadramento nos tempos disponíveis. Outro ponto que recordo é o *modus comunicandi* aos não contemplados com comunicação. Não me recordo se estava em nossas decisões repropor uma comunicação para a sessão de apresentação.[10]

Na seqüência das diretorias, essas idéias iniciais foram sendo motivos para debates, esclarecimentos, disputas. Assim que, conforme depoimento de Maria Malta,[11] algumas dúvidas surgiam no processo de implementação do Comitê Científico na estrutura da ANPEd, e em especial na própria formatação das reuniões anuais:

> Quando Neidson assumiu, dois anos depois, encontramos todas as dificuldades postas. Qual é o poder de decisão dos GTs, do Fórum e do Comitê? Rita Amélia disciplinou a apresentação dos trabalhos, garantindo uma uniformização da apresentação dos mesmos. E isto hoje parece que é até normal. Havia uma tensão entre a diretoria e os coordenadores dos programas e dos GTs. Afirmava um coordenador de GT: "Acredito que esta tensão nunca será resolvida, e até é bom que permaneça". Por mais complicado que seja, isto gera comprometimento que antes não havia. A autonomia do Comitê Científico está sendo comida pelas bordas no processo de indicação daqueles que eles vão compor... Então, a tensão entre o acadêmico e a gestão permanecerá.

A mesma Maria Malta complementa:

> O que eu consegui acompanhar do Comitê Científico, dele participando desde a gestão do Neidson até a minha gestão como presidente e depois como coordenadora do GT 0-6 anos, pode ser resumido na tensão sempre latente ou explícita entre o poder dos coordenadores dos GTs, querendo influir mais na seleção de trabalhos, e a autonomia sempre relativa do Comitê e o apoio maior ou menor que diferentes diretorias lhe davam na defesa de sua autonomia. A brecha para a influência dos GTs parece ser a indicação de pareceristas *ad hoc*. Sempre foi problemática, e acho que, pelo menos em alguns GTs, continua sendo. Representantes não competentes são escolhidos, panelas se formam etc. – as velhas histórias. Eu lembro que tentávamos preservar a autoridade do Comitê até em decidir de diferente do recomendado pelos pareceristas. Outra coisa que me contam que mudou é que agora os membros do Comitê decidem sozinhos. Eu lembro que os casos de divergência entre pareceres eram discutidos na plenária. A Nilda introduziu aquelas câmaras, acho que se chamam assim, por grandes áreas. Precisaria ver como estão funcionando, se há discussão coletiva. Eu lembro que, por sugestão da Marli André, no nosso tempo tentamos alguma interdisciplinaridade: pessoas de outros grupos examinavam trabalhos de um outro tema próximo.

[10] Depoimento concedido por *e-mail* em 5 de maio de 2007. Foi mantida a idéia, com algum ajuste de linguagem.

[11] Depoimento prestado no encontro realizado em São Paulo de 5 a 7 de maio de 2007.

Aferir aquilo que representa a forma concreta da produção dos pesquisadores (trabalhos e pôsteres) teve na estrutura das reuniões anuais a sua fortaleza e também a sua forma de demarcação de poder. Na condição de presidente da ANPEd, Alceu Ferraro[12] assim se expressa:

> Os GTs ajudaram sim, mas alguns se tornaram feudos. Em dezembro de 1989 aconteceu a primeira reunião da diretoria com os GTs para programar a 13ª Reunião Anual. A partir daí isto passou a ser rotina. Nesta reunião também começou a se falar em os GTs selecionarem os trabalhos, mas eles não quiseram assumir a função. [...] Não se consegue levar a ANPEd sem os GTs e sem os Programas. O Comitê Científico mexeu com a autonomia dos GTs.

Ao mesmo tempo em que ocorriam aproximações entre ciência e sociedade por meio de inserções concretas de profissionais da educação nesses dois campos, as reuniões anuais da ANPEd iam, de certa forma, revelando o que ocorria no plano político brasileiro, em especial com temas que aglutinavam os interesses dos educadores, como foi o caso das discussões em torno da elaboração de propostas para a LDB. Conforme Osmar Fávero,[13] na 12ª Reunião Anual (São Paulo, 1988) foi apresentado, pela primeira vez, um roteiro para que os GTs elaborassem propostas específicas para a LDB, de acordo com a temática própria de cada um. As reações dos diversos grupos foram diversas, mas a do GT de História da Educação, especificamente, foi de recusar discutir o roteiro porque estava fora da programação que havia feito para a reunião. Esse episódio poderia ser considerado "profético", por anunciar aquilo que viria a constituir-se como uma relação tensa entre as diretrizes da associação e a autonomia dos GTs. Mesmo que estes se tenham tornado uma instância importante para a canalização dos diversos temas de pesquisa e de interesse teórico, de alguma forma também acabaram afetando diretamente aquilo que estamos focando neste texto: a qualidade da produção científica. A forma de auto-organizarem-se, com programação própria e com escolha de seus coordenadores de forma independente do aval da diretoria, tudo isso estava comprometendo a construção daquilo que era o objetivo da criação dos GTs: aprofundamento científico, por meio da pesquisa, das temáticas que identificam cada um deles. Desde então têm ocorrido alguns embates no sentido de garantir o estatuto científico sem deixar de ser político, conforme palavras de Arroyo (1987), e manter também uma responsabilidade delegada para que os GTs se entendam como partícipes de uma associação de pós-graduação e de pesquisa. Esse fenômeno, também presente em alguns de nossos programas, merece uma certa vigilância para que os campos da produção e da militância tenham suas especificidades mantidas. Daí a entender as repercussões dessa polaridade na dinâmica do Comitê Científico é decorrência plausível: este fica sendo uma espécie de instância de controle ou de garantia do que representa manter e ampliar a marca da ANPEd em sua referência como associação de pesquisa e de pós-graduação. Não sei se estamos preparados, como membros da ANPEd , para seguirmos nos debruçando sobre esse conflito de interesses, que está repercutindo na própria criação de novos GTs.[14]

Os tempos da experiência do Comitê Científico: impasses, desafios e superações

A criação das subáreas, a partir de 2000, permitiu uma sistematização de "trocas" e de leituras complementares entre os componentes do Comitê Científico; os trabalhos passaram a ser discutidos entre colegas de subáreas afins, para uma avaliação mais

[12] Depoimento prestado no encontro realizado em São Paulo de 5 a 7 de maio de 2007.

[13] Depoimento por *e-mail* em 10 de junho de 2007.

[14] No debate que originou o artigo de Sandra Zákia e Lucídio Bianchetti, publicado neste mesmo número, Maria Malta analisa esse problema e Bernardete Gatti bate duro na multiplicação dos grupos.

compreensiva deles, e as experiências acumuladas demonstram positividades. No plano mais amplo, que poderia ser entendido como sendo a raiz das discussões ou do "falso dilema", como diz Fávero no depoimento citado, parece que a indissociável relação entre produção científica e entorno social tratou de colaborar na sua superação. As conquistas da sociedade brasileira na consolidação de um projeto democrático, bem como as interações mais orgânicas entre os programas e as instâncias governamentais (não só federais, as estaduais de pesquisa também), foram aperfeiçoando-se. Mas os mecanismos de reconhecimento da produção acadêmica e seus apoios financeiros (sistemática de bolsas de alunos, pesquisadores, taxas de bancada institucionais e individuais) de parte da CAPES e do CNPq, e a conseqüente repercussão nos assentamentos da produção na forma eletrônica (como é exigido pelo Currículo Lattes) de certa forma "congelaram" esse debate em um patamar mais argumentativo do que de *aggiornamento* (não que sejam excludentes entre si).

Durante a reunião anual realizada na Universidade de São Paulo (USP), em 1991, houve um episódio um tanto inusitado nessa relação entre a nossa área e a ANPEd ante o que era exigido pelas agências de fomento. No caso a que me reporto, ficará na história das reuniões anuais uma profundamente emocionada manifestação do colega Gaudêncio Frigotto[15] a respeito do que era preconizado por uma antropóloga que representava a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Esse momento, talvez um tanto fora dos cânones da academia, serviu como vetor para sinalizar e superar as dicotomias entre o que deveria ser considerado pesquisa científica e o que poderia ser considerado ação política. Se na época esse momento representou uma manifestação isolada, pelas circunstâncias em si, hoje posso afirmar que ele trazia a marca forte e intransferível de nossa área, que é a combinação entre a produção de conhecimento e a presença efetiva na sociedade. Claro que se pode esperar diferentes e complementares proporcionalidades entre esses dois pólos, mas isso não retira aquilo que é, neste momento, a consolidação de uma área de pesquisa na qual a luta por uma sociedade mais justa, democrática e solidária não esteja dissociada de uma exigente, qualificada e criativa produção de conhecimento.

Penso que os registros históricos, os fatos narrados, as lembranças manifestadas a respeito dos primeiros tempos do Comitê Científico podem servir como fonte para superação de situações ainda presentes nos microterritórios, nas disputas entre os GTs e na suas autonomias ante o dinâmico movimento institucional da ANPEd.

A continuidade dessa instância de avaliação "por parte dos pares" pode sempre se aperfeiçoar, e isso não quer dizer silenciar sobre os sempre existentes conflitos de interesses tanto de parte dos autores (pesquisadores) como das instituições que recebem essa produção (revistas científicas da área, comitês da CAPES e do CNPq, e a própria reunião anual).

Os pesquisadores seniores ainda estão circulando entre nós, e em sua grande maioria são beneficiados por bolsas de produtividade do CNPq, bem como pelos diversos programas existentes no país (embora muitos aposentados nas universidades federais tenham migrado para outras instituições, na sua quase totalidade privadas). Pois, se eles continuam como apoio para todos nós (assim como eu me sentia no início dos anos de 1980), agora estão acompanhados de outros pesquisadores, jovens e já socializados dentro de uma nova dinâmica avaliativa que o Comitê Científico da ANPEd assume como função e responsabilidade institucional.

[15] O episódio, segundo Gaudêncio Frigotto, vinculava-se ao foco deste artigo: "É que, ao falar na condição de antropóloga, estava, se bem me lembro, enfatizando o caráter de maior rigor dessa área ou campo de conhecimento em relação à educação. Este é um velho debate sobre a cientificidade da educação ou se ela é apenas uma prática. O argumento que sempre usei é o de que o que dá caráter de cientificidade aos temas e objetos de pesquisa não é se eles se situam dentro de um campo disciplinar considerado uma ciência, e sim com que concepção científica e de métodos tratamos esses temas". Depoimento por *e-mail* em 10 de julho de 2007.

Retomo, como reforço, argumentos de Alberto Melucci (2004) a respeito dos tempos internos e sociais como condição indispensável ao nosso agir individual e coletivo. Ao propor a superação de uma visão evolutiva, linear e etapista, Melucci sugere a figura da espiral como um movimento de ir e vir com os tempos em forma dinâmica e em expansão. Recuperar o passado é buscar a experiência do vivido em novas condições. E para isso penso que poderíamos fazer alguns vôos de busca junto aos nossos seniores, tentando retirar deles aquilo que foi como uma ação profética (antecipatória) de um projeto de uma sociedade mais democrática que se possa fortalecer também pela democratização do conhecimento.

O entendimento da diversidade ontológica e axiológica expressa hoje uma condição, para todos nós pesquisadores, de compreensão de uma sociedade mais plural, justa e democrática em suas múltiplas instâncias, desde a atividade produtiva e material até a produção científica. Tento ver os atuais desafios do Comitê Científico, a partir dessa perspectiva, como sendo aqueles que sinalizam para um diálogo e uma intensa interlocução entre os que produzem o conhecimento (trabalhos, pôsteres, pareceristas *ad hoc*) e os avaliadores. Não se faz isso de forma mecânica, e muito menos de maneira apressada e fácil. Precisamos de uma série de pressupostos no plano pessoal, que não estamos tão afeitos a praticar. Não abro mão do que representou a atitude de profunda acolhida ao emergente, ao novo e até ingênuo, como foi minha entrada nos rituais da avaliação da produção científica. Estou convencido de que, sem ficarmos em um plano saudosista e melancólico, essa atitude poderia tornar-se uma força argumentativa no sentido de não sermos todos submetidos à lógica do tempo apressado, dos números sínteses de nossa produção, da magia da planilha que julga. Se Melucci (1994)[16] pede que "espichemos" os sentidos das palavras para compreendê-las em novos contextos, sugiro fazermos o mesmo com os tempos de nossa formação, para que, consciente ou inconscientemente, não nos submetamos como seres do produtivismo, em vez de seres da argumentação reflexiva.

Mas novos desafios estão produzindo-se no horizonte: se o Comitê Científico da ANPEd consegue ter um tempo de leitura e avaliação da produção dos pares, os processos avaliativos das agências, apesar de todos os avanços tecnológicos da informática e de suas redes de comunicação, não possibilitam que as comissões de avaliação tenham esse mesmo procedimento. Entendo o tempo de leitura que exercitamos no Comitê Científico como um tempo mais generoso e que nos permite debruçarmos sobre as produções de nossos colegas. A relação entre tempo disponível para uma compreensão mais profunda dos textos a serem avaliados está diretamente associada à produção de indicadores numéricos, os quais se tornam a fonte quase exclusiva de análise a partir do seu caráter quantitativista.

Se o quantitativo lembrado há mais de 20 anos por Cunha (1991) ainda pode ser sinal de consolidação ou de uma forma de saturamento da área, como fica o qualitativo? Se o papel meio "messiânico" da educação foi sendo gradativamente transferido para um conhecimento mais independente, criativo, desruptivo, como está a relação entre conhecimento e sociedade? Será que o Comitê Científico não poderia ser desafiado a pronunciar-se sobre formulações de temas para pesquisa? E que possa também incidir na formulação de políticas de fomento mais dirigidas para os interesses plurais, de um lado (radicalidade democrática), e, de outro, para interesses de uma sociedade que ainda não equacionou de forma competente a formação de professores, a qualidade da escola pública, o fortalecimento da autonomia universitária?

Este conjunto de sugestões procura encaminhar uma agenda concreta de pesquisas e formulação de políticas no campo científico em parceria com as reflexões feitas por Boaventura Santos, no livro *Conhecimento prudente para uma vida decente*, em espe-

[16] A expressão que esse autor emprega a respeito dos novos movimentos sociais é "esticar": "Isso nos obriga a esticar esses conceitos até o limite para conseguirmos abordar os problemas que nos interessam. Esta dificuldade está ligada ao fato de que ainda utilizamos a linguagem da mecânica" (Melucci, 1994, p. 158).

cial no último capítulo, em que nos apresenta a "sociologia das ausências e a sociologia das emergências". Diz Santos (2003, p. 793):

> [a sociologia das ausências] exige imaginação sociológica. Distingo dois tipos de imaginação: a imaginação epistemológica e a imaginação democrática. A imaginação epistemológica permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas. A imaginação democrática permite o reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais.

E continua:

> Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das experiências sociais possíveis. As duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro. Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos. Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis (conhecimentos e agentes), maior será a expansão do presente e a conctacção do futuro. Na sociologia das emergências, essa multiplicação e diversificação ocorre pela via da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, ao passo que a sociologias das emergências as revela por via da amplificação simbólica das pistas ou sinais. (*idem,* p. 798)

Estão associadas as temáticas sociais e epistemológicas dentro de *novos tempos*, não só da linearidade do passado, reverenciado neste artigo, mas os *tempos emergentes* da condição da ciência hoje, transcendendo os imediatismos de nossos projetos, e mais numa perspectiva da condição humana.

Fazendo parte da história de nossa associação, que envolve programas de pós-graduação, não seria o caso de tomarmos a discussão em torno do Comitê Científico como uma pista para nos perguntarmos a respeito de que pesquisas estão sendo feitas a respeito do que está acontecendo na pós-graduação e com a pós-graduação, como uma espécie de "parada" ou "balanço"? Teríamos, por exemplo, o que dizer a respeito da qualidade da produção de nossas dissertações e teses, de forma mais abrangente? Quais relações poderiam ser feitas entre aquilo que foi alertado por Arroyo (1987) e Cunha (1991), entre outros, a respeito da produção da área em anos passados e o que estamos produzindo agora? Certamente não será tarefa isolada de um Comitê Científico, mas a ele não poderia ser pedido, valendo-se de seus diversos componentes ao longo de sua existência, um estudo para ver se minhas perguntas têm sentido ou não?

Qual a pesquisa que examina a fundo o que está acontecendo atualmente na pós-graduação e com a pós-graduação? Até quando vamos ficar presos aos 24 meses para o mestrado e 48 para o doutorado, sem olhar o que isso está significando? Uma formação teórica rala nos cursos, quando existe; dissertações no estilo de monografias, e teses que nada acrescentam ao que já se sabe, ou que ficam olhando o próprio umbigo.

No início dos anos de 1990, a ANPEd realizou amplo estudo sobre a trajetória dos programas, a produção discente, as relações da comunidade científica com as agências de fomento à pesquisa e de coordenação da pós-graduação, em especial a CAPES, o CNPq, a FINEP e o INEP, além de uma avaliação dos periódicos em educação e da divulgação da produção da pesquisa neles. Esse estudo, intitulado *Avaliação & perspectivas na área de educação: 1982-1991*, foi financiado pelo CNPq e seus resultados foram publicados em edição restrita pela ANPEd, em 1993.[17] Na minha opinião, foi o melhor "retrato de corpo inteiro" feito pela área sobre a área. Deveríamos realizar, com urgência, e com forte apoio de toda a nossa área, outro estudo equivalente, para entender a situação atual da pós-graduação em educação e, a partir dele, planejar ações efetivas de correção de desvios, superação de

[17] Disponível em: <www.anped.org.br/documentos>. Acesso em: 10 jul. 2007.

problemas e, sobretudo, busca de uma cada vez melhor qualidade da produção acadêmico-científica.

Referências bibliográficas

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. *Boletim ANPEd*, Porto Alegre: ANPEd, v. 13, n. 1-2, p. 72-73, jan./dez. 1991.

ARROYO, Miguel. A ANPEd como espaço de discussão teórica. *Boletim ANPEd*, Rio de Janeiro: ANPEd, v. 9, n. 4, p. 41-43, out./dez. 1987.

AZANHA, José Mário Pires. Pesquisa educacional. *Cadernos ANPEd* (nova fase), Rio de Janeiro: ANPEd, n. 3, p. 35-38, 1991.

BIANCHETTI, Lucídio. Juracy C. Marques: primórdios e expansão da pós-graduação *stricto sensu* em educação na Região Sul. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd, n. 30, p. 151-161, set./dez. 2005 (Número especial sobre os 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil. Entrevista).

CUNHA, Luiz Antônio. Pós-graduação em educação: no ponto de inflexão. Política de pós-graduação e pesquisa em educação. *Cadernos ANPEd* (nova fase), Rio de Janeiro: ANPEd, n. 3, p. 39-48, 1991.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Durmeval Trigueiro Mendes e sua contribuição à pós-graduação em educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd, n. 30, p. 21-35, set./dez. 2005 (Número especial sobre os 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil).

FERRARO, Alceu Ravanello. A ANPEd, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área de educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd, n. 30, p. 47-69, set./dez. 2005 (Número especial sobre os 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil).

GATTI, Bernardete. Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd, n. 30, p. 124-132, set./dez. 2005 (Número especial sobre os 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil).

LÜDKE, Menga. Influências cruzadas na contribuição e na expansão do sistema de pós-graduação *stricto sens*u em educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd, n. 30, p. 117-123, set./dez. 2005 (Número especial sobre os 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil).

MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. *Novos Estudos Cebrap*, v. 40, p. 152-166, nov. 1994.

_____. *O jogo do eu.* A mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as "ciências" revisitado. São Paulo: Cortez, 2003. p. 777-821.

SAVIANI, Dermeval. O protagonismo do professor Joel Martins na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd, n. 30, p. 21-35, set./dez. 2005 (Número especial sobre os 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil).

NILTON BUENO FISCHER, doutor em educação pela Stanford University, é atualmente professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do mestrado em educação do Centro Universitário La Salle, em Canoas (RS), e pesquisador e membro do Comitê de Educação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Participou da Diretoria da ANPEd como secretário-geral no período 1992-1995 e vice-presidente em 1966-1999. No período 2000-2003 foi coordenador do grupo de trabalho Movimentos Sociais e Educação. Publicou: Movimentos sociais e educação: uma reflexão instituinte (*In*: HYPOLITO, Álvaro Moreira; GANDIN, Luís Armando (Orgs.). *Educação em tempos de incerteza*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 163-186); Tempos e saberes; interações nos ciclos da escola e da vida (*In*: MOLL, Jaqueline (Org.). *Ciclos na escola, tempos na vida*: criando possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 27-40); Aprendizagens com adultos recicladores (*Educação e Realidade*, v. 29, p. 201-218, 2004); Educação popular em tempos de mulheres papeleiras (*Cadernos CEDES*, v. 96, n. 38, p. 100-112, ago. 1995). Pesquisa atual: "Tempos e espaços que possibilitam e/ou interditam processos autônomos constituidores de um 'nós' entre recicladores/recicladoras de um galpão de reciclagem: estudo do caso da Unidade de Reciclagem Rubem Berta de Porto Alegre-RS". *E-mail*: niltonbf@terra.com.br

Recebido em junho de 2007

Aprovado em julho de 2007

Nilton Bueno Fischer

Comitê Científico da ANPEd: memórias, desafios e conquistas de uma ação construída em parcerias múltiplas

A criação do Comitê Científico da ANPEd representou um marco importante para a avaliação, a partir de seus pares, da produção acadêmica da área da pós-graduação em educação do Brasil. Com apoio na memória pessoal e em depoimentos de pesquisadores que participaram tanto na sua criação e implementação, bem como em artigos sobre o "estatuto científico" da ANPEd, procurou-se analisar os efeitos produzidos pela institucionalização dessa instância na organização das reuniões anuais, nas relações com os grupos de trabalho e nas dinâmicas de poder da associação. Destacou-se também a estratégica importância do Comitê Científico na avaliação da produção científica em educação, ante o crescimento de programas e do aumento das teses e dissertações. Toma-se essa reconstrução histórica como inspiradora para os temas emergentes e inadiáveis que precisam ser enfrentados pela reflexão cuidadosa e competente de todos pesquisadores envolvidos com a área.

Palavras-chave: Comitê Científico da ANPEd; pesquisa em educação; avaliação

ANPEd's Scientific Committee: recollections, challenges and conquests of an activity built on multiple partnerships

The creation of ANPEd's Scientific Committee represented an important mark for the peer evaluation of academic production in the field of postgraduate studies in education of Brazil. Based on personal recollections and testimonies of researchers who participated in the creation and implementation of the association as well as with articles on its "scientific statute", this article sought to analyse the effects produced by the institutionalization of this level in the organization of the annual meetings, in the relations with the working groups and in the association's power dynamic. It also emphasises the strategic importance of the Scientific Committee for the evaluation of scientific production in education, given the growth in the number of programmes and the increase in the number of theses and dissertations. This historical reconstruction serves to identify emerging and urgent themes which need to be faced with careful and competent reflection by all those researchers involved in the field.

***Key words**: ANPEd's Scientific Committee; production in education; evaluation*

Comité Científico de la ANPEd: memorias, desafíos y conquistas de una acción construida en sociedades múltiplas

La fundación del Comité Científico de la ANPEd representó un punto importante para la evaluación, a partir de sus pares, de la producción académica de la área del postgrado en educación de Brasil. Con apoyo en la memoria personal y en declaraciones de investigadores que participaron tanto en su creación e implementación, bien como en artículos sobre el "estatuto científico" de la ANPEd, se buscó analizar los efectos producidos por la institucionalización de esta instancia en la organización de las reuniones anuales, en las relaciones con los grupos de trabajo y en las dinámicas de poder de la asociación. Se destacó también la estratégica importancia del Comité Científico en la evaluación de la producción científica en educación, frente al crecimiento de programas y del aumento de las tesis y disertaciones. Se toma esta reconstrucción histórica como inspiradora para los temas emergentes e impostergables que precisan ser enfrentados por la reflexión cuidadosa y competente de todos los investigadores involucrados con la área.

***Palabras claves**: Comité Científico de la ANPEd; pesquisa en educación; evaluación*